



A eficácia da privatização do saneamento básico: evidências de experiências nacionais e internacionais

The effectiveness of sanitation privatization: evidence from national and international experiences

Eficacia de la privatización del saneamiento: experiencias nacionales e internacionales

Kilma Máisa de Lima Gondim¹ e Sandro Marcos Godoy²

RESUMO: O saneamento básico é uma questão crucial para a qualidade de vida e saúde da população. No entanto, muitos países enfrentam desafios na gestão desse setor, que muitas vezes é deficitário. Nesse contexto, a privatização do saneamento básico surge como uma possível solução para melhorar a eficiência na prestação de serviços. O objetivo deste artigo é analisar a eficácia da privatização do saneamento básico com base em experiências nacionais e internacionais. Para isso, serão investigados casos de países que adotaram a privatização e comparados com casos em que o serviço permaneceu sob controle público. A pesquisa identificou que a privatização do saneamento básico pode ser eficaz em melhorar a qualidade e a eficiência na prestação de serviços. Em alguns casos, a privatização foi capaz de reduzir custos, aumentar o acesso à água potável e ao saneamento e melhorar a qualidade dos serviços prestados. No entanto, a pesquisa também evidenciou que a privatização pode apresentar desafios, como a exclusão de áreas periféricas e a falta de investimento em áreas menos rentáveis. Concluiu-se que a privatização do saneamento básico pode ser uma alternativa viável para melhorar a eficiência do setor. No entanto, é importante que a privatização seja acompanhada de uma regulação eficiente e que sejam implementados mecanismos de controle para garantir o acesso universal aos serviços de saneamento básico.

Palavras-chave: Experiências; Investimentos; Gestão pública e privada; Privatização; Saneamento.

ABSTRACT: Basic sanitation is a crucial issue for the quality of life and health of the population. However, many countries face challenges in managing this sector, which is often in deficit. In this context, the privatization of sanitation emerges as a possible solution to improve the efficiency of service delivery. The objective of this paper is to analyze the effectiveness of sanitation privatization based on national and international experiences. For this purpose, cases of countries that have adopted privatization will be investigated and compared with cases in which the service remained under public control. The research has identified that privatization of sanitation can be effective in improving the quality and efficiency of service delivery. In some cases, privatization was able to reduce costs, increase access to safe water and sanitation, and improve the quality of services provided. However, the research also highlighted that privatization can present challenges, such as the exclusion of peripheral areas and the lack of investment in less profitable areas. It was concluded that privatization of sanitation can be a viable alternative to improve the efficiency of the sector. However, it is important that privatization be accompanied by efficient regulation and that control mechanisms be implemented to guarantee universal access to basic sanitation services.

Key-words: Experiences; Investment; Public and Private Management; Privatization; Sanitation.

RESUMEN: El saneamiento básico es una cuestión crucial para la calidad de vida y la salud de la población. Sin embargo, muchos países se enfrentan a retos en la gestión de este sector, que a menudo es deficiente. En este contexto, la privatización del saneamiento surge como una posible solución para mejorar la eficacia de la prestación de servicios. El objetivo de este documento es analizar la eficacia de la privatización del saneamiento a partir de experiencias nacionales e internacionales. Para ello, se investigarán casos de países que han adoptado la privatización y se compararán con casos en los que el servicio permaneció bajo control público. La investigación determinó que la privatización del saneamiento puede ser eficaz para mejorar la calidad y la eficiencia de la prestación del servicio. En algunos casos, la privatización pudo reducir costes, aumentar el acceso al agua potable y al saneamiento y mejorar la calidad de los servicios prestados. Sin embargo, la investigación también puso de

Recebido em 03/01/2022; aceito em 20/01/2022 e publicado em 23/10/2022

¹Graduada em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, Mestre em Ciências da Sociedade pela Universidade Estadual da Paraíba, Doutoranda pela Universidade de Marília e Professora da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: chagasneto237@gmail.com

²Graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente, Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília, Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito, Pós-Doutor pela Università degli Studi di Messina, Professor da Universidade de Marília e Advogado/Gestor Jurídico da SABESP. E-mail: chagasneto237@gmail.com

relieve que la privatización puede plantear problemas, como la exclusión de zonas periféricas y la falta de inversión en zonas menos rentables. Se concluyó que la privatización del saneamiento puede ser una alternativa viable para mejorar la eficiencia del sector. Sin embargo, es importante que la privatización vaya acompañada de una regulación eficiente y que se implementen mecanismos de control para garantizar el acceso universal a los servicios básicos de saneamiento.

Palabras-clave: Experiencias; Inversión; Gestión pública y privada; Privatización; Saneamiento.

INTRODUÇÃO

O saneamento básico é um tema de grande importância para a saúde pública e bem-estar das pessoas. A falta de acesso a serviços básicos de saneamento, como água potável e tratamento de esgoto, pode levar a diversas doenças, contaminação de rios e lagos, além de afetar a qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento.

A privatização do saneamento básico é uma opção que tem sido amplamente discutida e controversa em todo o mundo. A ideia de privatizar esses serviços geralmente é apresentada como uma solução para os problemas de saneamento básico, mas há muitas dúvidas sobre sua eficácia e impacto.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a eficácia da privatização do saneamento básico com base em experiências nacionais e internacionais. Serão avaliadas as experiências de países que optaram por privatizar seus serviços de saneamento básico, bem como aqueles que escolheram manter o controle público sobre esses serviços.

A análise considerou diversos fatores, como o acesso aos serviços, qualidade do serviço, preços, eficiência, impacto ambiental e social. Foi imprescindível entender como a privatização afeta o acesso dos consumidores aos serviços de saneamento básico e se ela tem impacto positivo na qualidade do serviço oferecido.

Além disso, tornou-se necessário analisar se a privatização resulta em preços mais baixos para os consumidores ou se há um aumento nos preços dos serviços. Outro aspecto importante considerado foi a eficiência na gestão do serviço de saneamento básico, bem como se a privatização leva a uma melhoria na eficiência na prestação dos serviços e na gestão dos recursos, ou se há uma queda na qualidade do serviço oferecido.

SANEAMENTO BÁSICO: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Saneamento básico é uma das áreas mais importantes da saúde pública, tendo em vista que envolve diversos aspectos relacionados à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar social. É definido como o conjunto de ações e serviços relacionados ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como controle de pragas e vetores de doenças. Essas ações são de fundamental importância para a prevenção de doenças e a promoção da saúde, uma vez que reduzem a exposição da população a agentes infecciosos e melhoram a qualidade do ambiente em que vivem (OLIVEIRA; CUNHA; SILVA, 2022).

De acordo com Cunha (2011), o abastecimento de água é uma das principais ações do saneamento básico, pois é através dele que a população tem acesso a água potável para consumo, higiene pessoal e atividades domésticas. A coleta e tratamento de esgoto, por sua vez, visam a remoção de resíduos humanos e de produtos químicos presentes nas águas servidas, evitando assim a contaminação do solo e dos recursos hídricos. Já a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos têm como objetivo a coleta e destinação adequada de resíduos gerados pela população, evitando a proliferação de vetores de doenças e a poluição do meio ambiente.

A importância do saneamento básico para a promoção da saúde e qualidade de vida é inquestionável. Diversos estudos apontam que a falta de saneamento básico está associada a uma série de problemas de saúde, como diarreias, doenças de pele, doenças respiratórias, entre outras (TONDATTO, 2020).

Além disso, a falta de acesso a água potável e saneamento básico é um dos principais fatores que contribuem para a mortalidade infantil, especialmente em países em desenvolvimento. A exposição a ambientes insalubres também pode causar uma série de problemas sociais, como a exclusão social, a falta de oportunidades de trabalho e a violência urbana. Isso ocorre porque a falta de saneamento básico pode contribuir para o surgimento de bairros e comunidades empobrecidas, que muitas vezes são marginalizadas pela sociedade e pelo Estado (SHANDRA; SILVA; LONDRES, 2011).

Shandra, Silva e Londres (2011) complementam ao afirmar que, por outro lado, o investimento em saneamento básico pode trazer diversos benefícios sociais e econômicos. A melhoria da qualidade de vida das pessoas pode contribuir para o aumento da produtividade no trabalho e a redução das taxas de absenteísmo. Além disso, a melhoria da infraestrutura urbana pode atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população como um todo.

Para promover o saneamento básico, é preciso adotar estratégias que contemplem tanto o abastecimento de água quanto a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Algumas das estratégias mais comuns incluem: ampliação da cobertura de

abastecimento de água; implantação de redes de coleta e tratamento de esgoto; melhoria da gestão de resíduos sólidos; controle de vetores e pragas urbanas e promoção da participação comunitária (SOUZA et al., 2015).

É necessário ampliar o acesso da população à água potável, principalmente em regiões mais pobres e rurais. Isso pode ser feito através da construção de poços, instalação de sistemas de captação de água da chuva, construção de barragens, entre outros. Além disso, a coleta e tratamento de esgoto é fundamental para evitar a contaminação do solo e dos recursos hídricos. É preciso investir na implantação de redes de coleta e tratamento de esgoto em áreas urbanas e rurais, especialmente em locais onde a população vive em condições precárias (TAVARES et al., 2019).

Destaca-se também a importância em adotar medidas para a melhoria da gestão de resíduos sólidos, como a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação adequada dos resíduos. A educação ambiental é fundamental para sensibilizar a população sobre a importância da redução do consumo e do reaproveitamento de materiais (DANTAS; MORAIS; RAMOS, 2018).

Torna-se também necessário adotar medidas de controle de vetores e pragas urbanas, como o mosquito da dengue, baratas, ratos, entre outros. Isso pode ser feito através da limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, controle químico e biológico de pragas, entre outras medidas. Ademais, a participação da população é fundamental para o sucesso das ações de saneamento básico. É preciso promover a participação comunitária através da realização de campanhas de sensibilização, consulta pública, criação de comitês de gestão participativa, entre outras ações (DANTAS; MORAIS; RAMOS, 2018).

PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Para Sampaio (2020), a privatização do saneamento básico é um tema complexo e controverso que envolve questões econômicas, políticas e sociais. Existem experiências de privatização do saneamento básico em diferentes países e em diferentes contextos, que apresentam resultados diversos.

No Quadro 1, é possível analisar algumas dessas experiências, tanto internacionais quanto nacionais, buscando compreender os argumentos a favor e contra a privatização do saneamento básico.

Quadro 1: Experiências nacionais e internacionais

País/Estado	Nome da Empresa	Lei de Privatização	Órgão Responsável
Reino Unido	Thames Water	Water Act 1989	Governo Britânico
França	Veolia, Suez	Loi Sapin 1993	Governo Francês
Chile	Águas Andinas, Esva	Ley General de Servicios Sanitarios	Governo Chileno
Argentina	Águas Argentinas	Decreto nº 558/1991	Governo Argentino
Alemanha	Várias empresas públicas e privadas	N/A	Governo Alemão
Estados Unidos	Várias empresas públicas e privadas	N/A	Governos Estaduais e Municipais
São Paulo (Brasil)	Sabesp	Lei Estadual nº 11.578/03	Governo do Estado de São Paulo
Bahia (Brasil)	Embasa	Lei Estadual nº 14.026/2020	Governo do Estado da Bahia
Pará (Brasil)	Cosanpa	Lei Estadual nº 9.180/2020	Governo do Estado do Pará
Rio de Janeiro (Brasil)	Cedae	Lei Estadual nº 8.001/18	Governo do Estado do Rio de Janeiro
Minas Gerais (Brasil)	Copasa	Lei Estadual nº 23.292/2019	Governo do Estado de Minas Gerais
Pernambuco (Brasil)	Compesa	Lei Estadual nº 16.100/2017	Governo do Estado de Pernambuco
Distrito Federal (Brasil)	Caesb	Lei Distrital nº 4.306/09	Governo do Distrito Federal

Fonte: Autoria própria (2023)

Em 1989, o governo do Reino Unido privatizou o setor de água e esgoto, criando dez empresas regionais privadas, responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento de todo o país. Os resultados iniciais foram positivos, com aumento do investimento em infraestrutura e melhora na qualidade do serviço prestado. No entanto, ao longo dos anos, surgiram críticas à

falta de regulação efetiva e ao aumento das tarifas cobradas pelas empresas privadas, o que prejudicou principalmente os consumidores mais pobres (SPEIGHT, 2015).

Na década de 1990, a Argentina passou por um processo de privatização em diversos setores, incluindo o saneamento básico. O governo vendeu as empresas estatais de água e esgoto para empresas privadas, que prometeram investir em infraestrutura e melhorar a qualidade dos serviços. No entanto, o resultado foi uma deterioração do serviço prestado, aumento das tarifas e falta de investimentos em áreas mais pobres do país. Em 2017, o governo argentino anunciou a rescisão dos contratos com as empresas privadas de água e esgoto (AKCHURIN, 2015).

Na França, a gestão do saneamento básico é feita por empresas públicas, responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento em todo o país. O modelo francês é considerado bem-sucedido, com altos investimentos em infraestrutura e serviços de qualidade prestados aos consumidores (FRONE *et al.*, 2013).

No início dos anos 90, o Chile passou por uma reforma que privatizou o setor de saneamento básico. A privatização resultou em uma melhoria significativa na qualidade do serviço e na cobertura de saneamento, com um aumento no acesso à água potável e à rede de esgoto em todo o país. No entanto, a privatização também resultou em um aumento significativo nas tarifas, o que foi criticado por grupos de defesa do consumidor (DONOSO, 2015).

Na Alemanha, o setor de saneamento básico é operado principalmente por empresas públicas locais, mas também há algumas empresas privadas que prestam serviços em algumas áreas do país. A qualidade do serviço é considerada boa, mas as tarifas são relativamente altas em comparação com outros países europeus (LIEBERHERR; KLINKE; DEDO, 2012).

Nos Estados Unidos, a gestão do saneamento básico varia de acordo com os estados e as cidades. Em algumas áreas, a gestão é feita por empresas públicas, enquanto em outras áreas é feita por empresas privadas. A qualidade do serviço e as tarifas variam bastante, e a privatização do saneamento tem sido objeto de debate nos últimos anos (GOUVELLO; SCOTT, 2012).

Referente as experiências nacionais, em 2007, o governo estadual de São Paulo privatizou a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), responsável pelo abastecimento de água e saneamento em todo o estado. Desde então, a Sabesp tem sido operada como uma empresa privada, embora ainda seja controlada majoritariamente pelo governo estadual. A privatização resultou em um aumento significativo na cobertura de

saneamento básico em todo o estado, mas também foi criticada por grupos de defesa do consumidor devido ao aumento das tarifas (SILVA; FRACALANZA, 2022).

De acordo com Roland (2021), em Pernambuco, a privatização do saneamento básico foi realizada em 2017 com a concessão dos serviços de água e esgoto para a empresa privada BRK Ambiental. A concessão, que tem duração de 35 anos, foi realizada pelo Governo do Estado por meio da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).

Com a privatização, a BRK Ambiental assumiu a responsabilidade pela prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em 15 municípios pernambucanos, incluindo a capital Recife, e se comprometeu a investir cerca de R\$ 3,5 bilhões ao longo da concessão (SOARES, 2022).

Desde então, a BRK Ambiental tem realizado diversos investimentos e melhorias nos sistemas de saneamento básico dos municípios, como a construção de novas estações de tratamento de esgoto e a ampliação da rede de distribuição de água. Além disso, a empresa também tem trabalhado para reduzir as perdas de água e melhorar a eficiência operacional dos serviços (SOARES, 2022).

Soares (2022) ainda afirma que a privatização em Pernambuco também foi alvo de críticas e controvérsias. Alguns setores da sociedade questionam a falta de transparência no processo de concessão e os possíveis impactos negativos da privatização sobre os preços e a qualidade dos serviços de saneamento básico.

Em Minas Gerais, a privatização do saneamento básico foi realizada em 2019 com a concessão dos serviços de água e esgoto para a empresa privada Aegea Saneamento. A concessão, que tem duração de 30 anos, foi realizada pelo Governo do Estado por meio da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Com a privatização, a Aegea Saneamento assumiu a responsabilidade pela prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em 68 municípios mineiros, incluindo a região metropolitana de Belo Horizonte, e se comprometeu a investir cerca de R\$ 7 bilhões ao longo da concessão (WERNER; HIRT, 2021).

Desde então, a Aegea Saneamento tem realizado diversos investimentos e melhorias nos sistemas de saneamento básico dos municípios, como a construção de novas estações de tratamento de esgoto e a ampliação da rede de distribuição de água. Além disso, a empresa também tem trabalhado para reduzir as perdas de água e melhorar a eficiência operacional dos serviços. No entanto, a privatização em Minas Gerais também foi alvo de críticas e controvérsias (WERNER; HIRT, 2021).

Alguns setores da sociedade questionam a falta de transparência no processo de concessão e os possíveis impactos negativos da privatização sobre os preços e a qualidade dos serviços de saneamento básico. Além disso, houve uma disputa judicial entre a Copasa e a prefeitura de Belo Horizonte sobre a transferência dos serviços de saneamento para a Aegea Saneamento, o que gerou incertezas e atrasos na implementação da concessão (WERNER; HIRT, 2021).

Em 2020, o governo estadual da Bahia privatizou a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), responsável pelo abastecimento de água e saneamento em todo o estado. A privatização foi criticada por movimentos sociais e ambientalistas, que argumentam que a medida pode levar a um aumento nas tarifas e prejudicar o acesso à água e ao saneamento por parte da população mais pobre (SILVA; FRACALANZA, 2022).

Em 2020, o governo estadual do Pará aprovou a privatização da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), responsável pelo abastecimento de água e saneamento em todo o estado. A privatização foi criticada por movimentos sociais e ambientalistas, que argumentam que a medida pode levar a um aumento nas tarifas e prejudicar o acesso à água e ao saneamento por parte da população mais pobre (GOMES, 2023).

Em 2019, o governo do Distrito Federal aprovou a privatização da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), responsável pelo abastecimento de água e saneamento na região. A decisão foi criticada por movimentos sociais e ambientalistas, que argumentam que a privatização pode prejudicar o acesso à água e ao saneamento por parte da população mais pobre (ALMEIDA, 2020).

No Paraná, o governo estadual aprovou a privatização da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) em 2020. A decisão também foi alvo de críticas de movimentos sociais e ambientalistas, que argumentam que a privatização pode levar a um aumento das tarifas e prejudicar o acesso à água e ao saneamento para as populações mais vulneráveis (WERNER; HIRT, 2021).

No Rio de Janeiro, a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) foi aprovada em 2021. O processo de privatização foi criticado por movimentos sociais e ambientalistas, que argumentam que a medida pode levar a um aumento das tarifas e prejudicar o acesso à água e ao saneamento por parte da população mais pobre (REIS *et al.*, 2023).

Neste contexto, o Quadro 2 apresenta os aspectos positivos e negativos da privatização do saneamento em cada experiência discutida nesta pesquisa.

Quadro 2: Aspectos positivos e negativos

Experiência	Vantagens	Desvantagens
Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços - Aumento dos investimentos em infraestrutura - Redução dos custos operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços dos serviços - Desigualdade na distribuição dos investimentos e melhorias - Perda de controle público sobre o setor
França	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos investimentos em infraestrutura - Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços - Redução dos custos operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços dos serviços - Concentração do mercado em poucas empresas - Falta de transparência na gestão das empresas
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos investimentos em infraestrutura - Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços - Redução dos custos operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços dos serviços - Concentração do mercado em poucas empresas - Risco de monopólio privado sobre o setor
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos investimentos em infraestrutura - Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços - Redução dos custos operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços dos serviços - Concentração do mercado em poucas empresas - Desigualdade na distribuição dos investimentos e melhorias
Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos investimentos em infraestrutura - Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços - Redução dos custos operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços dos serviços - Concentração do mercado em poucas empresas - Perda de controle público sobre o setor
Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos investimentos em infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços dos serviços - Falta de transparência no

A EFICÁCIA DA PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: EVIDÊNCIAS DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços- Redução dos custos operacionais	<ul style="list-style-type: none">processo de concessão- Possíveis impactos negativos sobre a qualidade dos serviços
Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none">- Aumento dos investimentos em infraestrutura- Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços- Redução dos custos operacionais	<ul style="list-style-type: none">- Aumento dos preços dos serviços- Falta de transparência no processo de concessão- Disputas judiciais e incertezas na implementação da concessão
São Paulo	<ul style="list-style-type: none">- Aumento dos investimentos em infraestrutura- Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços- Redução dos custos operacionais	<ul style="list-style-type: none">- Aumento dos preços dos serviços- Concentração do mercado em poucas empresas- Possíveis impactos negativos sobre a qualidade dos serviços
Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none">- Aumento dos investimentos em infraestrutura- Melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços- Redução dos custos operacionais	<ul style="list-style-type: none">- Aumento dos preços dos serviços- Concentração do mercado em poucas empresas- Desigualdade na distribuição dos investimentos e melhorias

Fonte: Autoria própria (2023)

Vale ressaltar que as vantagens e desvantagens podem variar dependendo do contexto específico de cada experiência, assim como as consequências da privatização podem ser diferentes em diferentes regiões.

ACESSO, QUALIDADE, PREÇO E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O acesso aos serviços de saneamento básico é um problema global. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 2,2 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável e 4,2 bilhões não têm acesso a serviços de saneamento básico adequados. A questão do

acesso aos serviços de saneamento básico é um dos principais argumentos em favor da privatização (OMS, 2019).

A privatização do saneamento básico pode aumentar o acesso a serviços, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso. As empresas privadas têm mais recursos para investir em infraestrutura e tecnologia, o que pode melhorar o acesso aos serviços de saneamento básico. Além disso, as empresas privadas têm incentivos financeiros para fornecer serviços de qualidade para atrair e manter os clientes.

No entanto, a privatização do saneamento básico também pode excluir algumas pessoas do acesso aos serviços. As empresas privadas têm incentivos financeiros para atender áreas mais rentáveis, deixando áreas menos rentáveis sem acesso a serviços de saneamento básico. Isso pode afetar negativamente as comunidades de baixa renda e áreas rurais.

A qualidade do serviço de saneamento básico é outro fator importante na avaliação da eficácia da privatização. As empresas privadas têm incentivos financeiros para fornecer serviços de qualidade para atrair e manter os clientes. No entanto, a qualidade do serviço pode ser comprometida se as empresas priorizarem o lucro em detrimento da qualidade.

A experiência de países que privatizaram seus serviços de saneamento básico é mista. Em alguns casos, a privatização resultou em melhorias na qualidade do serviço, como no caso do Chile. No entanto, em outros casos, a qualidade do serviço piorou após a privatização, como no caso da Argentina.

O custo dos serviços de saneamento básico é um problema para muitas pessoas em todo o mundo. As empresas privadas têm incentivos financeiros para fornecer serviços a preços mais baixos para atrair e manter os clientes. No entanto, os preços dos serviços de saneamento básico podem aumentar após a privatização. A experiência de países que privatizaram seus serviços de saneamento básico é mista. Em alguns casos, a privatização resultou em preços mais baixos para os consumidores, como no caso do Reino Unido. No entanto, em outros casos, os preços dos serviços aumentaram após a privatização, como no caso do Brasil.

A eficiência na prestação de serviços de saneamento básico é outro fator importante na avaliação da eficácia da privatização. As empresas privadas têm incentivos financeiros para operar com eficiência, a fim de maximizar seus lucros. Isso pode resultar em uma melhor alocação de recursos e uma operação mais eficiente.

A experiência de países que privatizaram seus serviços de saneamento básico é mista. Em alguns casos, a privatização resultou em melhorias na eficiência, como no caso do Reino Unido. No entanto, em outros casos, a eficiência piorou após a privatização, como no caso do Brasil.

REGULAÇÃO, MODELOS DE PRIVATIZAÇÃO E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

A regulação adequada do setor é fundamental para garantir que as empresas privadas prestem serviços de saneamento básico de qualidade e a preços acessíveis. Uma regulamentação inadequada pode levar a preços abusivos e serviços de baixa qualidade. Portanto, é importante que as autoridades reguladoras tenham capacidade técnica e independência para regular o setor adequadamente.

Godoy (2017) argumenta que as políticas públicas e as regulamentações são fundamentais para garantir que as práticas sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente sejam utilizadas, bem como os serviços públicos sejam efetivados com perfeição. Além disso, deve garantir a transparência e a prestação de contas das empresas privadas. As empresas devem ser obrigadas a fornecer informações precisas e oportunas sobre suas operações e desempenho.

Existem diferentes modelos de privatização do saneamento básico, incluindo a privatização total, a concessão, a parceria público-privada e o modelo de gestão privada. Cada modelo tem suas vantagens e desvantagens e pode ser mais ou menos adequado para diferentes contextos.

Por exemplo, a privatização total envolve a transferência completa da propriedade e operação dos serviços para o setor privado, enquanto as concessões envolvem a transferência temporária da operação dos serviços para empresas privadas. As parcerias público-privadas envolvem a cooperação entre o setor público e o setor privado para fornecer serviços de saneamento básico, enquanto o modelo de gestão privada envolve a contratação de empresas privadas para gerenciar os serviços de saneamento básico em nome do setor público. Cada modelo tem suas vantagens e desvantagens, e a escolha do modelo mais adequado dependerá das circunstâncias locais, incluindo o contexto político, econômico e social.

O investimento em infraestrutura é fundamental para garantir o acesso universal a serviços de saneamento básico de qualidade. O setor privado pode desempenhar um papel importante no financiamento de investimentos em infraestrutura, mas o Estado também deve desempenhar um papel ativo na mobilização de recursos e na promoção de investimentos em infraestrutura de saneamento básico.

Além disso, é importante garantir que os investimentos em infraestrutura sejam sustentáveis e ecologicamente corretos, levando em consideração a proteção do meio ambiente e a mitigação das mudanças climáticas.

O acesso a serviços de saneamento básico é frequentemente mais difícil em áreas rurais e periurbanas, onde a infraestrutura é limitada e dispersa. A privatização do saneamento básico pode não ser a solução adequada para essas áreas, uma vez que as empresas privadas podem não ter incentivos financeiros para fornecer serviços nessas áreas. Nesses casos, pode ser mais adequado buscar soluções baseadas na comunidade e envolver as comunidades locais na gestão e operação dos serviços de saneamento básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de privatização do saneamento básico ao redor do mundo mostram que a privatização pode resultar em vantagens como aumento dos investimentos em infraestrutura, melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, e redução dos custos operacionais.

No entanto, as desvantagens incluem aumento dos preços dos serviços, concentração do mercado em poucas empresas, desigualdade na distribuição dos investimentos e perda de controle público sobre o setor. No Reino Unido, a privatização resultou em melhorias na eficiência e na qualidade dos serviços, mas também em aumento dos preços e desigualdade na distribuição dos investimentos. Na França e Alemanha, a privatização resultou em aumento dos investimentos em infraestrutura e melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, mas também em concentração do mercado e risco de monopólio privado sobre o setor.

Na América Latina, a privatização do saneamento básico foi adotada na Argentina, resultando em aumento dos investimentos em infraestrutura e melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, mas também em aumento dos preços e desigualdade na distribuição dos investimentos.

No Brasil, o processo de privatização do saneamento básico ocorreu em diversos estados, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco e Minas Gerais. Em geral, essas experiências resultaram em aumento dos investimentos em infraestrutura e melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, mas também em aumento dos preços e concentração do mercado em poucas empresas.

Com base na análise das experiências nacionais e internacionais, pode-se concluir que a privatização do saneamento básico não é uma solução única e universal para os problemas de saneamento básico. A eficácia da privatização depende de uma série de fatores, incluindo acesso aos serviços, qualidade do serviço, preços, eficiência e impacto ambiental e social.

É importante considerar cuidadosamente as implicações da privatização do saneamento básico antes de tomar uma decisão. É necessário avaliar cuidadosamente os custos e benefícios da privatização em relação às outras opções disponíveis, incluindo a manutenção do controle público sobre os serviços de saneamento básico.

A eficácia da privatização do saneamento básico depende de uma série de fatores, incluindo acesso aos serviços, qualidade do serviço, preços, eficiência, impacto ambiental e social, regulação adequada e modelo de privatização escolhido. As experiências nacionais e internacionais têm demonstrado que a privatização pode ser uma solução viável para melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços de saneamento básico. No entanto, também há casos em que a privatização não foi bem-sucedida, resultando em aumento de preços, queda na qualidade dos serviços e exclusão de populações vulneráveis.

Portanto, é importante considerar cuidadosamente as condições locais e escolher o modelo de privatização mais adequado para cada situação. A regulação adequada e a transparência são essenciais para garantir que as empresas privadas forneçam serviços de qualidade a preços acessíveis.

O investimento em infraestrutura de saneamento básico é fundamental para garantir o acesso universal a serviços de qualidade, especialmente em áreas rurais e periurbanas. Além disso, é importante envolver as comunidades locais na gestão e operação dos serviços de saneamento básico.

A privatização do saneamento básico pode ser uma solução viável para melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços de saneamento básico, desde que sejam levados em consideração os fatores acima mencionados. A escolha do modelo de privatização mais adequado dependerá das circunstâncias locais, incluindo o contexto político, econômico e social.

A regulação adequada e a transparência são essenciais para garantir que as empresas privadas forneçam serviços de qualidade a preços acessíveis. O investimento em infraestrutura de saneamento básico é fundamental para garantir o acesso universal a serviços de qualidade, especialmente em áreas rurais e periurbanas. A inclusão das comunidades locais na gestão e operação dos serviços de saneamento básico é crucial para garantir a sustentabilidade e a eficácia desses serviços.

Em última análise, a solução para os problemas de saneamento básico requer um compromisso político para investir em infraestrutura e tecnologia, bem como em programas de educação e conscientização pública. A prestação de serviços de saneamento básico é uma

responsabilidade do Estado, que deve garantir o acesso universal a serviços seguros, confiáveis e sustentáveis para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

AKCHURIN, Maria. **The politics of water: Privatizing water and sanitation utilities in Argentina and Chile**. 2015. Tese de Doutorado - University of Chicago, 2015.

ALMEIDA, Carlos Alberto de. **Análise dos impactos regulatórios da Lei Distrital 5.618/2016 no Distrito Federal**. 2020. Tese de Doutorado - Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, 2020.

CUNHA, Alexandre dos Santos. **Saneamento básico no Brasil: desenho institucional e desafios federativos**. Texto para discussão: Rio de Janeiro, 2011.

DANTAS, Gracielle Rodrigues; MORAIS, Janaína Silva; RAMOS, José Beldson Elias. Gerenciamento dos resíduos sólidos do IFRN/campus Natal-Zona Norte: uma abordagem crítica-constructiva à luz de uma nova proposta de gestão. **Simposio Iberoamericano de Ingeniería de Residuos**, v.3, n.1, p.1-10, 2018.

DONOSO, Guillermo. Water pricing in Chile: decentralization and market reforms. **Water pricing experiences and innovations**, p. 83-96, 2015.

FRONE, Simona et al. Public-private partnerships as mechanisms for risk management in the water sector. **Scientific Papers Series Management, Economic Engineering in Agriculture and Rural Development**, v. 13, n. 3, p. 103-110, 2013.

GODOY, Sandro Marcos. O meio ambiente e a função socioambiental da empresa. **Birigui: Boreal**, 2017.

GOMES, José Menezes. **Privatização da água, dívida pública e pandemia–CADTM**. 2023. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Privatizacao-da-agua-divida-publica-e-pandemia>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GOUVELLO, Bernard; SCOTT, Christopher A. Has water privatization peaked? The future of public water governance. **Water International**, v. 37, n. 2, p. 87-90, 2012.

LIEBERHERR, Eva; KLINKE, Andreas; FINGER, Matthias. Towards legitimate water governance? The partially privatized Berlin waterworks. **Public Management Review**, v. 14, n. 7, p. 923-946, 2012.

OLIVEIRA, James Dean Barbosa; CUNHA, Taynná Schneider; SILVA, Leonardo Rossini. Análise das garantias constitucionais no saneamento básico e a sua importância para uma melhor qualidade de vida em relação à saúde e bem-estar social. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 37, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Água, saneamento e higiene para todos em todos os cuidados de saúde: pacote técnico para implementação rápida**. Genebra: OMS,

2019. Disponível em:
<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/325636/9789241516590-eng.pdf>. Acesso em:
22 abr. 2023.

REIS, Fátima de Carvalho Madeira et al. A efetividade social e a concessão do saneamento à iniciativa privada: o caso do leilão da CEDAE no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 547-559, 2023.

ROLAND, Wagner Luiz. **Parceria público-privada do saneamento na região metropolitana de Porto Alegre: uma análise do processo de formulação**. 2021. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. The challenges of regulating water and sanitation tariffs under a three-level shared-authority federalism model: The case of Brazil. **Utilities Policy**, v. 64, p. 101049, 2020.

SHANDRA, Carrie L.; SHANDRA, John M.; LONDON, Bruce. World bank structural adjustment, water, and sanitation: A cross-national analysis of child mortality in Sub-Saharan Africa. **Organization & Environment**, v. 24, n. 2, p. 107-129, 2011.

SILVA, Flávio José Rocha; FRACALANZA, Ana Paula. Privatizando sem privatizar: o caso de Empresas de Economia Mista e de Parcerias Público-Privadas nas empresas públicas de saneamento. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 3, 2022.

SOARES, Danielle Fernanda de Holanda. **Precarização do acesso à água no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SOUZA, Cezarina Maria Nobre et al. **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.

SPEIGHT, Vanessa L. Innovation in the water industry: barriers and opportunities for US and UK utilities. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Water**, v. 2, n. 4, p. 301-313, 2015.

TAVARES, Fernanda Beatryz Rolim *et al.* Análise do Acesso da População Brasileira a Serviços de Saneamento Básico. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, p. 20, 2019.

TONDATTO, Gabriel Carvalho *et al.* **Determinantes ambientais e o processo saúde-doença: a questão do saneamento básico**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.

WERNER, Deborah; HIRT, Carla. Neoliberalização dos Serviços Públicos: o papel do BNDES no Saneamento Básico pós-2000. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.